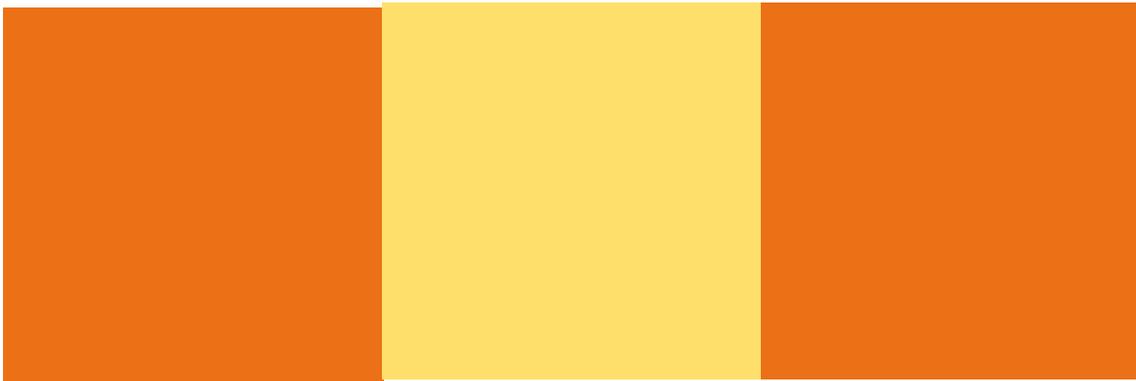


# Problemas do discurso do “islamosesquerdismo”: identidade, racismo e inimizade

Liana Salles Monteiro

*Mestranda na linha de Tecnologias da Comunicação e Estéticas, no PPGCOM/UFRJ. Atualmente pesquisa personagens intersexo no cinema narrativo. Tem interesse nos temas memória e racismo.*



Como este é um espaço de ensaio, vou me permitir arriscar um pouco, buscando formular questões a partir de uma experiência pessoal. Me parece ser, apesar dos riscos, um caminho honesto, que apresenta um percurso de pensamento que se origina no corpo-a-corpo com a vida.

Há alguns anos, conheci um rapaz francês em um aplicativo de encontros. Ele estava passando as férias no Brasil, com mais dois amigos, também franceses. Depois de uma semana de conversas, decidimos nos encontrar pessoalmente. Em uma noite animada na Lapa, meus amigos e eu dividindo uma mesa apertada, ele apareceu, um pouco depois da hora combinada, me cumprimentou e disse: *je suis Arabe*. Na hora, a frase me causou certa impressão, mas a promessa de uma noite divertida não me permitiu pensar mais a sério e a fundo. O que foi possível imaginar, em meio aos batiques cruzados da Gomes Freire com a Mem de Sá, era uma suposição simplória, baseada apenas em uma impressão: ele sentia a *necessidade* de dizer, para mim, que era árabe. No dia seguinte, vieram os porquês.

Que coisa estranha alguém dizer, num primeiro momento, *je suis Arabe!* Por que aquilo importava para ele? E por que ele achava que era importante dizê-lo para mim, quase como uma revelação ou confissão? Antes de nos encontrarmos, ele se dizia francês; diante da presença, no entanto, por algum motivo que eu ignorava, a identidade precisou ser retificada. Surgiram então as perguntas mais imediatas: por acaso ele acreditava que, se eu tivesse sabido antes de sua origem árabe, não teria aceitado encontrá-lo? Ele sentia vergonha? Medo da rejeição? Ou de uma reação racista da minha parte? E por que fazer tal afirmação logo ao me cumprimentar? Estaria tirando dos ombros uma omissão que para ele pesava como uma mentira? Ou era apenas uma resposta verbalizada ao que ele fantasiava como uma pergunta silenciosa minha? Era assim que ele se apresentava em todos os seus encontros amorosos na França? Nas entrevistas de emprego? Quantas vezes ele sentiu a necessidade de dizer *je suis Arabe*? Perguntas e mais perguntas; nenhuma resposta.

Em nosso segundo encontro, ele me contou de um poema que havia inscrito em um concurso de poesia. O tema era o *Noctilien*, o ônibus noturno de Paris. Comovido com os rostos dos passageiros, homens pobres, sobretudo, dirigindo-se para o trabalho mesmo antes do alvorecer, escreveu algumas linhas de certa forma como homenagem àqueles trabalhadores que lembravam o seu próprio rosto - *je suis Arabe*. Meu amigo, nas horas em que o *Noctilien* passava, não estava indo para o

trabalho, mas voltando de festas, bares, encontros. Entrar no ônibus noturno e se deparar com aquelas pessoas era uma experiência carregada de contradição: ele voltava; os outros iam. Mas eles tinham (eram?) algo em comum.

Depois dessa conversa, a primeira impressão ficou mais forte: havia, na afirmação inicial e na história do concurso de poesia, uma dificuldade, se ainda não um problema, em torno da identidade. Francês e árabe? Francês, *porém* árabe? Somente árabe?

São muitas as maneiras de abordar a questão, a fim de desdobrar as perguntas iniciais. Mas arrisco começar pela lei, por mais que ela não dê conta da complexidade implicada na identidade - é interessante observar algumas transformações específicas nas disposições legais sobre nacionalidade e naturalização, a partir dos anos 1980, período de intensos debates em torno da imigração, cuja tônica era o medo de um esfacelamento da “identidade francesa”.

Para não ficar exaustivo, observemos apenas duas modificações:

Em 2003, uma lei (26 de novembro) reforça as condições para a naturalização, exigindo que o procedimento se justifique através de comprovada assimilação à vida social na França, confirmada pelo conhecimento da língua francesa. Em 2011, uma nova lei acresceu àquela a exigência de comprovação de conhecimentos relativos à história, à cultura e à sociedade francesas.<sup>1</sup>

Outra lei, apesar de parecer pouco significativa, pode, na discussão esboçada, funcionar como uma chave produtiva. De 24 de julho de 2006, a lei relativa à imigração e à integração atribui um caráter solene à aquisição da nacionalidade francesa, com uma cerimônia de acolhimento àqueles que comprovaram possuir os requisitos necessários para tanto<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> « En 2003, la loi du 26 novembre renforce les conditions pour acquérir la nationalité française en posant que “nul ne peut être naturalisé s’il ne justifie de son assimilation à la communauté française, par une connaissance suffisante, selon sa condition, de la langue française”. Ces exigences sont accrues par la loi relative à l’immigration, à l’intégration et à la nationalité du 16 juin 2011 qui marque le retour à une conception élective et volontariste du droit de la nationalité. Les candidats à la naturalisation doivent avoir une connaissance suffisante de l’histoire, de la culture et de la société françaises, signer une charte des droits et des devoirs et adhérer “aux principes et aux valeurs essentiels de la République ».

<sup>2</sup> « En outre, la loi du 24 juillet 2006 relative à l’immigration et à l’intégration donne un caractère solennel à l’acquisition de la nationalité française. Désormais, le représentant de l’État dans le département doit organiser, dans un délai de six mois à compter de l’acquisition de la nationalité française, une cérémonie d’accueil dans la citoyenneté française pour les personnes résidant dans le département ».

Retirados de:

<https://www.vie-publique.fr/eclairage/20181-nationalite-francaise-et-immigration-levolution-du-droit#:~:text=La%20loi%20du%2022%20juillet%201993%20r%C3%A9forme%20le%20droit%20de,plu s%20automatique%20C3%A0%20la%20majorit%C3%A9.>

Nos dois casos, é possível enxergar esforços para garantir uma assimilação total dos estrangeiros à sociedade francesa, com o reforço dos parâmetros de “francesidade”, na primeira lei, e com o ritual protocolar de integração, na segunda. Ambas as leis parecem se alinhar a uma política mais abrangente, de ímpeto, talvez possamos dizer, universalizante.

Os debates que se viram refletidos na elaboração das leis mencionadas (cabe acrescentar que há outras da mesma estirpe, inclusive conflitantes umas em relação às outras<sup>3</sup>) parecem longe de terem terminado. Embora uma investigação mais profunda e detalhada seja necessária para estabelecer um vínculo seguro entre as discussões sobre a imigração no campo jurídico e a polêmica atual do “islamoesquerdismo” (*islamo-gauchisme*) nas universidades francesas, avento a hipótese de que, por meio de alguns termos, elas possam estar relacionadas. Primeiramente, parecem ter como foco de disputa a *identidade*. Em segundo lugar, ancoram-se em um discurso de *universalidade*, entrelaçado aos ideais da República francesa: liberdade, igualdade, fraternidade. Outro termo, que se cola mais facilmente ao caso atual do discurso do “islamoesquerdismo”, mas que, na nossa reflexão, também aparece nos pressupostos de algumas leis relativas à imigração, é a *inimizade*. Vamos trabalhar, por enquanto, com esse conjunto de três vocábulos, contrastando-os de forma experimental ao lema tríplice da Revolução.

Como esboçado no exemplo do meu amigo *Arabe*, a identidade, em lugar de uma categoria fixa a que se vinculam certos indivíduos, dotados de características tais e tais, pode ser pensada como problema, como instância privilegiada de conflitos, disputas e perguntas. Nem é preciso entrar na discussão sobre a interseccionalidade, ou melhor, parece pouco produtivo situar a questão nesse palco agora. O que interessa aqui é menos refletir sobre a complexidade da formação da identidade de um indivíduo (entrecruzamento entre lugares específicos que se ocupa na sociedade, ex.: mulher, negra, muçulmana etc.) e mais considerar a identidade como um nódulo, ou um ponto denso, por onde passam e se articulam linhas de força ou o poder - nos termos de Foucault (essa é apenas uma hipótese inicial).

---

<sup>3</sup> Vale observar, por exemplo, as leis de 22 de julho de 1993 e de 16 de março de 1998, que divergem quanto à exigência da manifestação de vontade para concessão de nacionalidade.

Talvez valha a pena retomar as leis brevemente analisadas aqui. Em relação à primeira, pode-se problematizar de imediato a vigência de parâmetros para aferir se uma pessoa é apta ou não a adquirir a nacionalidade francesa: é preciso demonstrar que se conhece a história, a cultura, a sociedade francesas. Fazer parte, portanto, de um chão comum, de conhecimentos básicos que devem, em teoria, ser compartilhados por todos os franceses. Evidentemente esse “chão comum” não é exclusividade da França, mas um pressuposto de qualquer Estado-nação: a existência de elementos que produzem uma unidade artificial, atrelada às ideias de estado nacional, nacionalidade, povo. Mas é interessante relembrar o contexto de criação dessa lei em especial, ou seja, os debates decorrentes da onda migratória, intensificados a partir dos anos 1980. Além disso, a título de comparação, se buscarmos a lei brasileira, por exemplo, veremos que ela não institui a necessidade de comprovar conhecimentos relativos à cultura “nacional”. O processo de aquisição de nacionalidade por naturalização ordinária pode ser aberto por qualquer estrangeiro que consiga se comunicar em português e que tenha residência legal no país por pelo quatro anos<sup>4</sup> (o que não significa dizer que seja um processo simples e rápido).

Não cabe neste momento esmiuçar as formações de identidade brasileira ou francesa, nem as peculiaridades das leis de migração de cada país. O importante é ter em mente que se trata de duas histórias bastante distintas, com problemas específicos. A comparação serve então como lembrete de que há diferentes políticas de imigração no mundo, situadas historicamente, umas mais dependentes da identidade nacional do que outras. Além disso, também não é possível traçar aqui uma genealogia da construção da “identidade francesa”; portanto, por essas impossibilidades práticas, vamos nos deter nas contradições que se situam na polêmica atual do “islamoesquerdismo”, e testar a viabilidade de relacioná-la às questões mais amplas que perpassam a identidade.

No dia 31 de outubro de 2020 - coincidentemente, o Dia das Bruxas, se a brincadeira for permitida - o jornal francês *Le Monde*<sup>5</sup> publicou um artigo assinado

---

<sup>4</sup> Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração).

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm)

<sup>5</sup> Une centaine d’universitaires alertent : « Sur l’islamisme, ce qui nous menace, c’est la persistance du déni ».

Disponível em: <https://www.cnews.fr/france/2021-02-18/islamo-gauchisme-quand-ce-terme-est-il-apparu-pour-la-premiere-fois-1048933>

por uma centena de professores e pesquisadores que denunciavam uma suposta reticência de seus colegas em responsabilizar o islamismo pelo assassinato do professor Samuel Paty, decapitado em um ataque terrorista em 16 de outubro de 2020. No *Manifesto dos 100*, os acadêmicos afirmam que colocar o crime na conta do “obscurantismo” ou do “fanatismo” é pouco; para eles, é preciso nomear o verdadeiro inimigo, o Islã, que junto a outras “ideologias”<sup>6</sup> que se difundem nos espaços universitários, ameaçam os valores da República<sup>7</sup>. A carta aberta, publicada estrategicamente em um momento de comoção social pela morte do professor, endossa as falas do ministro francês da Educação Nacional, Jean-Michel Blanquer, que incluiu em seu vocabulário político o neologismo criado pelo sociólogo Pierre-André Targuieff (que figura entre os signatários do manifesto), para definir uma suposta aliança entre movimentos de extrema-esquerda e o islamismo reacionário, que, segundo ele, estariam promovendo um novo antissemitismo, dessa vez alimentado pelo antissionismo “da nova configuração terceiro-mundista, neocomunista, neoesquerdista”<sup>8</sup>.

Embora o discurso do “islamoesquerdismo” tenha se transformado ao longo de recorrências em textos acadêmicos e, depois, no discurso público, basta reler o trecho anterior para saber que coisa boa dificilmente poderia ser feita com ele - inclusive seu teor alarmista lembra vagamente a polêmica brasileira da “ideologia de gênero”, que motivou campanhas ferozes contra o ensino da diversidade sexual e de gênero nas escolas.

Saturado de problemas já na origem, o termo foi utilizado pelo ministro Blanquer em uma entrevista à rádio *Europe 1* no dia 22 de outubro de 2020, seis dias após o assassinato de Paty, para denunciar o que ele considera uma “ideologia que leva ao pior” e culpabilizar aqueles que “encorajam tal radicalização intelectual”

---

<sup>6</sup> « L’importation des idéologies communautaristes anglo-saxonnes, le conformisme intellectuel, la peur et le politiquement correct sont une véritable menace pour nos universités. La liberté de parole tend à s’y restreindre de manière drastique, comme en ont témoigné récemment nombre d’affaires de censure exercée par des groupes de pression ».

<sup>7</sup> No artigo publicado no *Le Monde*, os professores apontam, inclusive, o uso de véu como um dos sintomas da “degenerescência” universitária (!).

<sup>8</sup> « la nouvelle configuration tiers-mondiste, néo-communiste et néo-gauchiste, plus connue sous la désignation médiatique de 'mouvement antimondialisation». Retirado do artigo «Islamisme-gauchisme» : quand ce terme est-il apparu pour la première fois? »

Disponível em: <https://www.cnews.fr/france/2021-02-18/islamo-gauchisme-quand-ce-terme-est-il-apparu-pour-la-premiere-fois-1048933>. É interessante notar que o portal é de um dos canais preferidos da direita e da extrema-direita.

pelo atentado - ele nomeia expressamente, entre os responsáveis, a União Nacional dos Estudantes da França (Unef). A declaração, reforçada em sua fala ao Senado no mesmo dia, revelou adeptos, tanto na esfera do poder estatal quanto nas universidades, do discurso do “islamosquerdismo”.

O artigo do *Le Monde* foi um dos pontos culminantes do debate que se seguiu. Expressando seu acordo em relação às declarações de Jean-Michel Blanquer, os acadêmicos denunciam as “ideologias indigenista, racalista e ‘decolonial’” como fontes que alimentam o “ódio aos ‘Branços’ e à França”<sup>9</sup>, estabelecendo um liame direto entre certos campos de estudo universitários e o terrorismo. Como se já não bastassem tais associações espúrias, eles continuam, posicionando como vítimas de um “militantismo violento” aqueles que “ainda ousam desafiar a doxa antiocidental e a lengalenga multiculturalista”<sup>10</sup>. A tônica deste grupo, como mostra também o site criado após as réplicas ao *Manifesto dos 100*<sup>11</sup> - que contém esclarecimentos sobre o seu posicionamento, bem como declarações na imprensa e “evidências” da “infiltração” do islamismo nas universidades - oscila entre a vitimização e o heroísmo: eles se colocam, ao mesmo tempo, como vítimas do que acreditam ser ideologias virulentas, que supostamente os silenciam e impedem de realizar suas pesquisas, e como heróis da resistência, ou arautos da liberdade de expressão e dos valores republicanos. Tal reclamação não parece muito diferente daquela expressa por Christian Tommasini, presidente do Iate Club de la Pointe-Rouge, em Marseille, que declarou em uma reunião pública “não aguentar mais os árabes”, pois eles não permitem “que se faça mais nada”<sup>12</sup>.

No texto de abertura do site, deixam claro seu temor por uma possível fragmentação da sociedade em “comunidades de interesse”<sup>13</sup>, que eles explicitam como “definidas com base nos critérios de sexo, de ‘gênero’, de sexualidade, de

---

<sup>9</sup> « Les idéologies indigéniste, racaliste et « décoloniale » (transférées des campus nord-américains) y sont bien présentes, nourrissant une haine des « Blancs » et de la France ».

<sup>10</sup> « un militantisme parfois violent s’en prend à ceux qui osent encore braver la doxa antiocidentale et le prêchi-prêcha multiculturaliste ».

<sup>11</sup> <https://manifestedes90.wixsite.com/monsie>

<sup>12</sup> « Tu ne peux plus rien faire sans que les Arabes viennent te faire chier ». A fala de Tommasini celebra inclusive as “ratonnades”, massacres que ocorreram no século XX a imigrantes do norte africano.

Retirado de: <https://www.cnews.fr/france/2021-04-28/il-y-en-marre-des-arabes-une-enquete-ouverte-apres-les-propos-racistes-dun>

<sup>13</sup> « d’autre part, ceux qui souhaitent que notre société soit considérée comme une agglomération de communautés d’intérêts - intérêts divergents et très vite antagonistes - définis sur la base de critères de sexe, de « genre », de sexualité, d’origine ethnique voire même de couleur de peau - ce que certains d’entre eux n’hésitent plus à appeler « race ».

origem étnica e até mesmo de cor de pele”. A esse trecho, ainda, se junta uma desqualificação do conceito de raça.

Sob a égide da universalidade, ou sob pretexto dos “valores universais”, insinua-se que a existência de divergências nos campus universitários e na sociedade são, em si, uma ameaça à “nação”. Para eles, é preciso proteger a França, sólida e uma, de forças disruptivas, como se os conflitos não fossem da ordem do real, do presente, mas de um futuro de catástrofe social. Seu discurso, desse modo, se baseia numa inversão enganosa: o problema para eles não é o racismo, mas a fragmentação de uma sociedade homogênea em “grupos de interesse”. Ainda, em sua lógica, os conflitos contemporâneos não começaram há séculos, com o colonialismo, mas se iniciam agora, com o terrorismo, e podem ser evitados. Eles se colocam, portanto, se a analogia for possível, como um esquadrão antibombas, que tem como objetivo apontar os possíveis focos explosivos e tentar aplacá-los antes da detonação.

Na contramão desse discurso, diversos intelectuais e estudantes vêm alertando para um agravamento da estigmatização dos muçulmanos na França. Também publicado no *Le Monde*, em 4 de março de 2021, o *Manifesto dos 200*<sup>14</sup>, por exemplo, critica o pedido da ministra do Ensino Superior, Frédérique Vidal, ao Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) para realizar uma investigação dos conteúdos de pesquisas científicas, com o objetivo de “separar a pesquisa acadêmica do militantismo”. O texto dos 200 rechaça veementemente a iniciativa da ministra e desvela uma das estratégias do discurso do *islamo-gauchisme*: utilizar a defesa da República para justificar a perseguição ao islamismo e implantar a vigilância aos professores-pesquisadores nas universidades.

A fim de não parecer que defendemos aqui a suposição de que qualquer evocação da república e da nação seja falaciosa, é interessante perceber que o contra-ataque dos 200 também se vale desse léxico. Por exemplo, ao enumerar nomes célebres da intelectualidade francesa - como Frantz Fanon e Aimé Césaire - e lembrar que muitos deles estiveram envolvidos não só com a teoria como também nas lutas anticoloniais, fustigam os signatários do *Manifesto dos 100* e seus pares afirmando que “estão virando as costas para os valores nacionais”. Certamente, os

---

<sup>14</sup> Islamo-gauchisme: « Nous ne pouvons manquer de souligner la résonance avec les plus sombres moments de l’histoire française »Disponível em: [https://www.lemonde.fr/idees/article/2021/03/04/islamo-gauchisme-nous-ne-pouvons-manquer-de-souligner-la-resonance-avec-les-plus-sombres-moments-de-l-histoire-francaise\\_6071892\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2021/03/04/islamo-gauchisme-nous-ne-pouvons-manquer-de-souligner-la-resonance-avec-les-plus-sombres-moments-de-l-histoire-francaise_6071892_3232.html)

“valores” diferem de um grupo (os 100) para o outro (os 200), o que dá a ver a intensa disputa em torno da *República*, da *democracia*, da *nação*. Esse trecho do manifesto amplia, problematiza e complica a compreensão dos termos: os “valores nacionais” também se formaram nas críticas e nas lutas anticoloniais, nos embates violentos entre grupos antagônicos, nas teorias que analisavam (e analisam) as contradições da sociedade francesa e do mundo.

A perspectiva subentendida na carta aberta (e mais especificamente, em sua evocação dos valores nacionais) talvez seja multidirecional, por compreender a formação de uma nação, ou de uma cultura, ou de um povo, não como *autopoiesis*, ou seja, uma criação endógena, isolada em uma raia teleológica, mas o entrecruzamento de diferentes histórias e culturas, em que se fazem possíveis as articulações críticas, analíticas e teóricas sobre uma determinada cultura a partir de outras. Aimé Césaire, um dos autores citados no *Manifesto dos 200*, elaborou o conceito de choque reverso<sup>15</sup> (a partir do “efeito boomerang” de Hannah Arendt, em “As origens do totalitarismo”) vinculando a violência colonial, o Holocausto e as lutas anticoloniais dos anos 1950. No livro “Multidirectional memory” (2009), o historiador e professor de literatura comparada Michael Rothberg explicita essa triangulação do pensamento de Césaire como um movimento multidirecional, que procura pensar um problema presente em sua relação com outros problemas passados - Arendt, por exemplo, associou de forma inédita o colonialismo ao totalitarismo, descobrindo no primeiro as origens inauditas do segundo -, e, no mesmo golpe, projetar o presente como nova luz analítica sobre o passado.

Como seu enfoque se localiza nas discussões sobre a memória, Rothberg privilegia as diferentes articulações entre o Holocausto (e a história dos judeus) e as lutas anticoloniais e antirracistas nos anos 1950/1960 (e as histórias dos negros), demonstrando, através da análise multidirecional de obras como “The negro in the Warsaw Ghetto” [O negro no gueto de Varsóvia, em tradução livre], de W.E.B. Dubois, “Crônica de um verão”, de Edgar Morin e Jean Rouch, e “The stone face” [O rosto de pedra, em tradução livre], do escritor afro-americano William Gardner Smith - apenas para mencionar algumas do *corpus* diverso de Rothberg -, que a memória do Holocausto não apenas foi retomada pelos movimentos anticoloniais e

---

<sup>15</sup> No original, *choc en retour*.

antirracistas como estratégia para formulá-los e inseri-los no debate público, como também foi ela mesma forjada nas articulações com essas lutas.

Para deixar mais explícita essa proposição e reencontrar a polêmica do discurso do “islamoesquerdismo”, será proveitoso olhar mais detidamente para o livro de ficção “The stone face”. Escrita por William Gardner Smith, autor nascido nos Estados Unidos que viveu parte de sua vida em Paris, a narrativa acompanha Simeon Brown, um jornalista e pintor amador que deixa seu país de origem, os EUA, para fugir do racismo. Na França, em um primeiro momento, ele descobre um paraíso de liberdade, igualdade e fraternidade, tendo sido aceito nos meios intelectuais e artísticos daquele país sem o peso da intolerância racial. Acredita, portanto, estar livre do jugo do racismo, até que eclodem as manifestações, em Paris, em defesa da independência da Argélia. Nesse momento conturbado, Brown começa a se relacionar romanticamente com uma moça que, depois de diversas pistas, será identificada como judia, e inicia a compreensão de que o racismo é muito mais complexo do que parece. Como negro, ele não sente a violência racista em seu novo *milieu*. Mas, do lado de fora das ricas casas que frequenta, se desenrola uma luta sangrenta entre as forças policiais francesas e os argelinos. Ao se dar conta dessa realidade - o racismo sempre esteve ali, o inimigo só não era ele, um afro-americano, mas os *Arabes* -, decide lutar solidariamente ao lado dos independentistas. Nesse romance, o primeiro a tematizar o massacre de 17 de Outubro de 1961 - quando a polícia francesa feriu e matou centenas de manifestantes pacíficos - o autor aprofunda a analogia entre diferentes histórias pela chave do racismo. Por meio da solidariedade assumida pelo protagonista, aproximam-se a violência dos campos de concentração - através de Maria, a namorada judia de Simeon Brown -, a segregação racial nos Estados Unidos e o massacre dos argelinos em Paris, constituindo-se assim uma correlação multidirecional. Ao final da história, Brown retorna para seu país de origem para fazer parte da luta pelos direitos civis, que, em 1964, conseguiu abolir as Leis Jim Crow de segregação racial.

Vale ressaltar que 1961 é o ano do julgamento de Adolf Eichmann, um dos principais organizadores do extermínio dos judeus. Amplamente televisionado, o julgamento se tornou o marco fundador da construção da memória do Holocausto. Em “Muldirectional memory”, entretanto, Rothberg defende, baseado na análise de obras literárias e cinematográficas, uma genealogia alternativa, que demonstra que

a memória da Shoah esteve desde o início imbricada em outras histórias, em especial à do colonialismo, tanto pela associação entre a desumanização dos colonizados e a dos judeus nos campos de concentração (em Arendt), quanto pela aproximação do Holocausto com as sangrentas lutas anticoloniais (em Césaire e Gardner Smith).

A lembrança do livro de Gardner Smith pode inspirar reflexões interessantes sobre os debates contemporâneos. Ou, pelo menos, deixar mais visíveis as histórias e memórias implicadas nessas discussões.

Vejamos inicialmente a proposta de Targuieff ao cunhar o termo *islamo-gauchisme*. Em tom alarmista, ele denuncia no livro “La nouvelle judéophobie” [A nova judeofobia] (2002),<sup>16</sup> um silenciamento por parte dos intelectuais e da imprensa em relação ao que ele aponta como uma reconfiguração do antissemitismo sobre bases do antissionismo e da “islamização”. Como “provas” de sua hipótese, ele relembra ataques a sinagogas e insultos a famílias judias habitantes das periferias (*banlieu*) da França. Para ele, existe uma associação nefasta entre o antissionismo e o islamismo político, que, atraindo jovens muçulmanos, faz explodir o antigo ódio aos judeus, grupo que ele identifica como sendo, ao lado do “Grande Satã” norte-americano, o inimigo principal da “ordem altermundialista”. Targuieff certamente não é o único a tentar bloquear qualquer crítica ou oposição ao sionismo pela evocação do antissemitismo. Até porque tal colocação tem grandes chances de, ao menos, fazer barulho. A memória do Holocausto, em um processo que veio dos anos 1950, se consolidou como a memória pública global por excelência<sup>17</sup>. Dessa maneira, funciona em diversos momentos como uma plataforma discursiva estratégica.

Em “Multidirectional memory”, Michael Rothberg parte da polêmica analisada pelo crítico literário Walter Benn Michaels para iniciar a conceituação de memória multidirecional. Em um ensaio sobre o racismo e o antissemitismo nos Estados Unidos, Michaels recupera a fala do ativista negro Khalid Mohammad, proferida na Universidade de Howard em 3 de abril de 1994, contra a existência do Memorial do Holocausto nos EUA. O ativista afirma que o “Holocausto negro foi cem vezes pior”. Apesar de reconhecer o absurdo da comparação, Michaels, observa Rothberg, segue a linha de raciocínio subentendida na declaração: para ambos

---

<sup>16</sup> O livro é fruto de uma palestra realizada no colóquio “Novas faces do antissemitismo”, em 14 de outubro de 2001, no Senado francês. Informação disponível em: <https://archive.jpr.org.uk/object-682>

<sup>17</sup> A obra “Multidirectional memory” conta essa história de forma inovadora e, como diz o título, multidirecional.

(Mohammad e Michaels), a memória é um jogo de soma-zero, em um campo de disputa que se assemelha ao negócio imobiliário, baseado na escassez. Ou seja, nessa lógica, uma memória anularia as demais. Rothberg, por seu turno, enxerga no discurso de Mohammad uma articulação de memórias, onde se dá o aparecimento de uma (a violência colonial sofrida pelos negros) por meio da ativação discursiva da outra (o Holocausto). Os efeitos dessas sobreposições podem ser benéficos, como demonstra Rothberg ao longo “Multidirectional memory”. Mas, ele alerta<sup>18</sup>, a memória multidirecional nem sempre é positiva.

Isso pode ser observado no uso da memória do Holocausto, e do antissemitismo nazista, na criação do discurso do *islamo-gauchisme*. Targuieff se vale da força histórica e discursiva desses termos, e da figura da vítima encarnada pelos sobreviventes do Holocausto, para fazer passar, de forma (talvez não tão) disfarçada seu racismo em relação aos árabes, produzindo-os - aproveitando-se também da emergência terrorista e do radicalismo islâmico - como inimigos dos judeus e da sociedade “francesa”. Em uma passagem visionária, escrito em 1983, Deleuze coloca com clareza o que está em jogo, ao refletir sobre o Estado de Israel:

De uma ponta à outra, o objetivo é não só fazer com que o povo palestino deixe de existir como com que nunca tenha existido. Os conquistadores são aqueles que sofreram, eles mesmos, o maior genocídio da história. Esse genocídio, para os sionistas, se tornou o mal absoluto. Mas transformar o maior genocídio da história em mal absoluto é uma visão religiosa e mística, não uma visão histórica. Ela não faz cessar o mal; pelo contrário, ela o propaga, ela o faz recair sobre outros inocentes, ela exige uma reparação que faz esses outros sofrerem uma parcela dos que os judeus sofreram (expulsão, segregação em guetos, extinção como povo). Com meios mais ‘frios’ que o genocídio, se quer chegar ao mesmo resultado”.<sup>19</sup> (DELEUZE, 2003, p. 221, tradução livre).

---

<sup>18</sup> O alerta não está só no livro: em uma entrevista, ao ser questionado sobre o que gostaria de desenvolver mais, ele revela que pretende investigar os usos “maléficos” da memória direcional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j5tiomUs0R8>

<sup>19</sup> « D’un bout à l’autre, il s’agira de faire comme si le peuple palestinien, non seulement ne devait plus être, mais n’avait jamais été. Les conquérants étaient de ceux qui avaient subi eux-mêmes le plus grand génocide de l’histoire. De ce génocide, les sionistes avaient fait un mal absolu. Mais transformer le plus grand génocide de l’histoire en mal absolu, c’est une vision religieuse et mystique, ce n’est pas une vision historique. Elle n’arrête pas le mal ; au contraire, elle le propage, elle le fait retomber sur d’autres innocents, elle exige une réparation qui fait subir à ces autres une partie de ce que les juifs ont subi (l’expulsion, la mise en ghetto, la disparition comme peuple). Avec des moyens plus « froids » que le génocide, on veut aboutir au même résultat ».

Já nos anos 1980, Deleuze enxergava a perniciosidade da visão mística sobre o Holocausto, que se impõe, até hoje, como base de uma justificativa para a violência contra o povo palestino. Essa visão não-histórica sustenta a expulsão dos palestinos, denominados indistintamente como árabes pelos sionistas, de seu território, no que Deleuze reconhece como um novo tipo de colonização: os colonizados não mais se convertem em mão-de-obra dependente do território, como no século XIX, mas em mão-de-obra ambulante e desenraizada.

Como vimos, essa visão que coloca o Holocausto como mal absoluto e desautoriza qualquer crítica ao Estado de Israel e ao sionismo vem sustentando a violência e a intolerância não só em relação ao povo palestino, mas aos árabes de diversos países.

Outra inspiração possível a partir de “The stone face” (e de outras obras trabalhadas no livro de Rothberg, não mencionadas aqui por falta de espaço) é pensar conjuntamente a questão dos muçulmanos na França e o *Black Lives Matter*, movimento fundado em 2013 que ganhou força em 2020, em virtude da onda de protestos após o assassinato brutal de George Floyd, um homem afro-americano, pelas mãos de um policial. Se Simeon Brown (o nome carrega ao mesmo tempo a tradição hebraica e a identidade negra) descobre no embate pela independência da Argélia o ímpeto para lutar, em seu país, contra a segregação racial, o movimento *Black Lives Matter*, que atualiza a tradição radical negra dos Estados Unidos, tem ressonância nos protestos na França. A uma reportagem do *New York Times*<sup>20</sup>, a historiadora Pap Ndiaye, uma das pioneiras nos estudos de negritude na França, enxerga uma continuidade entre os protestos contra o racismo e a violência policial (acrescentamos aqui, cujos alvos recorrentes são pessoas de origem árabe) e a retórica antiamericana<sup>21</sup> - na carta dos 100, por exemplo, se fala da “importação de ideologias comunitaristas anglo-saxãs”<sup>22</sup>. O que parece estar ditando as regras do jogo é o medo frequente de uma possível insurreição daqueles que foram colonizados, subjugados, violentados. Nas palavras de Mbembe: “É verdade que ao

---

<sup>20</sup> “Will American Ideas Tear France Apart? Some of Its Leaders Think So”.

Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/02/09/world/europe/france-threat-american-universities.html>

<sup>21</sup> “Pap Ndiaye, a historian who led efforts to establish Black studies in France, said it was no coincidence that the current wave of anti-American rhetoric began growing just as the first protests against racism and police violence took place last June”.

<sup>22</sup> « L’importation des idéologies communautaristes anglo-saxonnes »

terem fomentado a miséria e a morte à distância, longe dos olhos de seus cidadãos, as nações ocidentais temem agora o reverso da medalha” (MBEMBE, 2017, p. 100). O choque reverso de Césaire assume agora ares fantasmagóricos, em que o prospecto de uma violência dirigida aos “colonizadores” se torna a força motriz (ou a justificativa) da violência contra os imigrantes, os muçulmanos, os negros.

Em seu tensionamento com o discurso do “islamosquerdismo”, o *Black Lives Matter* também pode inspirar a recuperação das relações reais, históricas, entre o islã e os movimentos de esquerda, como fez o livro *“With Stones in Our Hands”* (2018), reunião de textos de ativistas e acadêmicos que resgata a memória da esquerda muçulmana, uma “história radical de crítica e protesto que imagina um outro mundo em compasso com as lutas por justiça social, libertação decolonial e solidariedade global<sup>23</sup>”. E entre o islã e o movimento negro, como no caso célebre da Nação do Islã, organização afro-americana fundada em 1930 - da qual Malcolm X foi o membro mais proeminente - que combina ensinamentos do Islã tradicional e ideias do nacionalismo negro.

Nesse ponto, percebemos que, ao mesmo tempo em que engendra um perigoso realce da estigmatização dos muçulmanos e de sua posição de “inimigo”, o termo pode ser disputado e rearticulado para fins mais respeitáveis e produtivos na luta política contra o racismo. Claro que, para isso, o trabalho deve ser árduo, tendo em vista o recrudescimento das “políticas de inimizade” (Achille Mbembe), nos tempos atuais.

No *Manifesto dos 200*, os signatários demandam do governo uma posição menos hipócrita e mais colada ao real: em vez de se preocupar em censurar pesquisas acadêmicas, deveria estar se esforçando para “encontrar soluções concretas para o problema de discriminação racial na França”, além das questões econômicas e estudantis diretamente ligadas à pandemia de coronavírus. Esta última crítica encontra ressonância no texto de Dominique Pinsolle, historiador e professor da Universidade Bordeaux-Montaigne, publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, em dezembro de 2020. Com o título “A capa de toureiro da liberdade universitária”, o texto encara a querela do “islamosquerdismo” como um

---

<sup>23</sup> “A recent collection of works by activists and scholars entitled aptly describes the Muslim Left as ‘a radical history of critique and protest that imagines another world in line with struggles for social justice, decolonial liberation, and global solidarity’ “. Disponível em: <https://overland.org.au/2021/03/islamo-leftism-or-the-spectre-of-the-muslim-left/>

debate que ofusca os problemas orçamentários do ensino superior e da pesquisa. Há também quem veja na insistência do discurso do *islamo-gauchisme* uma manobra eleitoral do governo de Macron, que estaria tentando se aproximar de eleitores de extrema-direita. Dependendo da perspectiva, pode ser tudo isso. Mas, embora as questões orçamentárias e eleitorais sejam indiscutivelmente importantes, não se pode negligenciar o que as palavras podem fazer. Na retórica do *islamo-gauchisme* reforça-se a discriminação dos *Árabes*.

\*

Depois de termos nos conhecido no Brasil, foi a minha vez de visitar meu amigo na França. Em um domingo, passeando pelo *Quartier Latin* - lugar em que o escritor judeu André Schwarz-Bart travou contato com imigrantes antilhanos e encontrou a inspiração para o livro “La mulâtresse solitude” -, meu amigo me explicou sobre o sistema educacional francês, ressaltando seu caráter universal e “meritocrático”. Segundo ele, qualquer um que desejasse avançar nos estudos poderia fazê-lo, mesmo sem recursos financeiros. Mais tarde, ele me levou para a Mesquita de Paris, que ainda não conhecíamos - nem eu, nem ele. Lá, fomos recebidos por um funcionário que nos avisou da necessidade de pagar três euros pela entrada. Ao olhar com mais atenção para o meu amigo, perguntou: *Quel est ton Bled* <sup>24</sup>? Nascido e criado na França, sem nunca ter pisado em uma mesquita nem praticado o islamismo (nem seus pais, pelo que ele me informou), meu amigo *Arabe* respondeu: *Algérie*.

Por solidariedade, o funcionário nos liberou de pagar as entradas.

---

<sup>24</sup> Algo como “De onde você é?” Bled é uma palavra árabe que pode ser traduzida como “lugar de origem”.

#### REFERÊNCIAS:

DELEUZE, Gilles. Grandeur de Youssef Arrafat. *In*: DELEUZE, Gilles. **Deux régimes de fous**: textes et entretiens: 1975-1995. Paris: Éditions de Minuit, 2003, p. 221-225.

«IL Y EN A marre des arabes» : une enquête ouverte après les propos racistes d'un responsable associatif. Cnews, Paris, 28 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://www.cnews.fr/france/2021-04-28/il-y-en-marre-des-arabes-une-enquete-ouverte-apres-les-propos-racistes-dun>>.

Último acesso em: 1 de mai. de 2021.

ISLAMO-gauchisme : « Nous ne pouvons manquer de souligner la résonance avec les plus sombres moments de l'histoire française ». *Le Monde*, Paris, 4 de mar. de 2021.

Disponível em: [https://www.lemonde.fr/idees/article/2021/03/04/islamo-gauchisme-nous-ne-pouvons-manquer-de-souligner-la-resonance-avec-les-plus-sombres-moments-de-l-histoire-francaise\\_6071892\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2021/03/04/islamo-gauchisme-nous-ne-pouvons-manquer-de-souligner-la-resonance-avec-les-plus-sombres-moments-de-l-histoire-francaise_6071892_3232.html). Último acesso em: 1 de mai. de 2021.

MBEMBE, Achille, LANÇA, Marta (trad.). **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

ONISHI, Norimitsu. Will American Ideas Tear France Apart? Some of Its Leaders Think So. **The New York Times**, Nova York, 9 de fev. de 2021.

Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2021/02/09/world/europe/france-threat-american-universities.html>> Último acesso em: 30 de abr. de 2021.

PINSOLLE, Dominique. A capa de toureiro da liberdade universitária. **Le monde diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 14, n. 161, dez. de 2020. p. 28-29.

ROTHBERG, Michael. **Multidirectional memory**: Remembering the Holocaust in the age of decolonization. Nova York: Stanford University Press, 2009.

TAVEIRA, Christian. «Islamo-gauchisme» : quand ce terme est-il apparu pour la première fois? **CNews**, Paris, 18 de fev. de 2021. Disponível em : <<https://www.cnews.fr/france/2021-02-18/islamo-gauchisme-quand-ce-terme-est-il-apparu-pour-la-premiere-fois-1048933>>. Último acesso em: 1 de mai. de 2021.

UNE centaine d'universitaires alertent: "Sur les dérives islamistes, ce qui nos menace c'est la persistance du déni". **Le Monde**, Paris, 31 de out. de 2020.

Disponível em <[https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/10/31/une-centaine-d-universitaires-alertent-sur-l-islamisme-ce-qui-nous-menace-c-est-la-persistance-du-deni\\_6057989\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/10/31/une-centaine-d-universitaires-alertent-sur-l-islamisme-ce-qui-nous-menace-c-est-la-persistance-du-deni_6057989_3232.html)>. Último acesso em: 29 de abr. de 2021.